



PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO APOIO PELAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE

Professionals' perceptions of family participation in support by early intervention teams

Marta Joana **PINTO**
Escola Superior de Saúde
Politécnico do Porto
Porto, Portugal
mpi@ess.ipp.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3900-0481> 

Ana Maria **SERRANO**
Instituto de Educação
Universidade do Minho
Braga, Portugal
serrano@ie.uminho.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6117-4050> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

A participação da família no processo de apoio pelas equipas de intervenção precoce na infância é uma componente essencial para o desenvolvimento e inclusão da criança. Dada a implementação destas equipas em Portugal, pretendemos conhecer a participação das famílias no apoio prestado, pelas palavras dos profissionais, bem como os facilitadores à participação das famílias. Neste estudo de análise qualitativa, entrevistamos 18 profissionais de intervenção precoce na infância. Os dados obtidos revelam que os profissionais consideram promover a participação da família. Contudo, verificou-se que na maioria das vezes é o profissional que lidera todo o processo de apoio. Concluímos também que os profissionais desejam que as famílias participem mais no apoio de intervenção precoce na infância, reconhecem a componente relacional como a base de todo o seu trabalho com as famílias e começam a utilizar a componente participativa, particularmente as práticas que apoiam a escolha informada e a participação dos pais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Intervenção Precoce na Infância. Práticas Centradas na Família. Família. Profissionais de Intervenção Precoce na Infância.

ABSTRACT

Family participation in the support process by the early childhood intervention teams is an essential component for child development and inclusion. Given the implementation of these teams in Portugal, we intend to understand the participation of families in the support provided, in the words of the professionals, as well as the facilitators of family participation. In this qualitative analysis study, we interviewed 18 early childhood intervention professionals. The data obtained reveals that professionals consider promoting family participation. However, we found that most of the time it is the professional who leads the whole support process. We also concluded that professionals wish families to participate more in early childhood intervention support, recognize the relational component as the basis of all their work with families and are beginning to use the participatory component, particularly practices that support informed choice and parental participation.

KEYWORDS: Participation. Early Childhood Intervention. Family-Centred Practices. Family. Early Childhood Practitioners.

INTRODUÇÃO

As práticas centradas na família são recomendadas, quer por investigadores, quer por associações de referência um pouco por todo o mundo, como aquelas que se traduzem em melhores resultados para as crianças com necessidades especiais e suas famílias (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST; ESPE SHERWINDT, 2016; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016; ESPE SHERWINDT, 2008; GURALNICK, 2017; MCWILLIAM, 2010).

Esta abordagem considera todos os membros da família como unidade de apoio e não exclusivamente a criança com necessidades especiais e tem como objetivo responder às preocupações, prioridades e necessidades da família. Paralelamente, valorizam a colaboração entre o profissional e a família, reconhecendo os pontos fortes e a promoção da capacitação dos cuidadores principais sobre o processo de decisão e intervenção. O papel dos profissionais é promover a participação da família, fornecendo às famílias a informação necessária para que ela possa tomar decisões informadas, e respeitando essas decisões a cada momento do apoio (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST, 2017; DUNST; ESPE SHERWINDT, 2016; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016; GURALNICK, 2017; KAHN; STEMLER; BERCHIN WEISS, 2009).

Segundo Dunst e colaboradores (DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002; DUNST; BRUDER; ESPE SHERWINDT, 2014) não podemos descurar a importância das oportunidades de aprendizagem que a criança possa vivenciar diariamente nos seus contextos naturais. McWilliam (2012a, 2012b) refere que a aprendizagem da criança acontece no espaço entre as visitas, pelo que os profissionais devem ajustar o apoio aos recursos da família e da comunidade, aos pontos fortes e estilos de vida de cada família, tornando assim a vida das famílias e crianças mais normalizada e inclusiva.

Portugal, tem vindo a acompanhar as recomendações internacionais na área da intervenção precoce na infância, e é um exemplo disso a recente legislação, o Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de outubro que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e as Equipas Locais de Intervenção.

Este Decreto-Lei foi pioneiro na Europa e colocou Portugal numa posição diferenciada face aos outros países europeus ao nível da implementação de práticas que capacitam as famílias. As investigações realizadas um pouco por todo o país comprovam que os profissionais de intervenção precoce na infância se preocupam e utilizam cada vez mais as práticas centradas na família, particularmente as práticas que

promovem e fortalecem as relações (CARVALHO, 2015; COSTA, 2017; PINTO; SERRANO, 2017; TEGETHOF, 2007). Mas, quando consideramos os diferentes momentos do apoio de intervenção precoce na infância, a investigação tem demonstrado que, as práticas que promovem a escolha informada e a participação ativa das famílias são menos utilizadas pelos profissionais (CARVALHO, 2015; COSTA, 2017; PEREIRA, 2009; PINTO, 2012; TEGETHOF, 2007).

Estas circunstâncias ocasionaram esta investigação qualitativa, em que pretendemos conhecer a participação das famílias no apoio prestado pelas Equipes Locais de Intervenção pelas palavras dos profissionais, bem como os facilitadores à participação das famílias e com isso contribuir para melhores práticas junto das crianças e famílias apoiadas pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

O conceito de participação da família é definido neste artigo como a escolha informada e a tomada de decisões pelos membros da família, em todos os momentos do apoio prestado pelos profissionais das Equipes Locais de Intervenção | Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, relacionadas com o seu filho corroborando as recomendações nacionais e internacionais (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016; EUROPEAN ASSOCIATION ON EARLY CHILDHOOD INTERVENTION, S.D.).

REVISÃO DE LITERATURA

A abordagem centrada na família

A abordagem centrada na família surgiu para mudar a forma como os profissionais interagem e envolviam as famílias na intervenção, reconhecendo as necessidades de cada membro da família e não só da criança com necessidades especiais (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST, 2000b).

Efetivamente, as famílias são a principal estrutura organizadora no desenvolvimento da criança (BRONFENBRENNER, 1979), continuando a sê-lo mesmo quando a criança enfrenta uma perturbação no seu desenvolvimento e necessita do apoio da intervenção precoce na infância (GURALNICK, 2011). Desta forma, nenhum profissional de intervenção precoce na infância poderá esquecer que é a família que tem a responsabilidade sobre a criança e que é ela que a acompanhará ao longo da sua vida. De igual forma, são eles que passam a maior parte do tempo com a criança pelo que têm mais oportunidades para influenciar o desenvolvimento da criança (ALMEIDA;

CARVALHO; FERREIRA; GRANDE; LOPES; PINTO; PORTUGAL; SANTOS; SERRANO, 2011; CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010; MCWILLIAM, 2010).

A família é assim atualmente vista como essencial na prestação de cuidados à criança, e o apoio da intervenção precoce na infância tem como objetivo aumentar a capacidade da família na promoção do desenvolvimento do seu filho, reconhecendo os seus valores, os pontos fortes e as prioridades e as preferências de todos os membros, e os apoios e recursos existentes (DUNST, 2000b, 2017) e procurando responder de forma individualizada às suas necessidades, considerando-a como completamente capaz de tomar decisões informadas e concretizar as suas escolhas. O papel do profissional deverá ser o de apoiar a família para que ela possa expressar o seu potencial (DUNST, 2017).

Subjacente à abordagem centrada na família está o pressuposto de que todas as famílias têm pontos fortes e capacidades suficientes para se tornarem mais competentes na promoção do desenvolvimento do seu filho, desde que tenham o apoio e os recursos necessários. A intervenção focada nos pontos fortes tem vindo a ser reconhecida como uma forma eficaz no apoio às famílias, através da qual se vai fortalecendo o seu funcionamento (DUNST, 2017; DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010). Os membros da família ficam mais dispostos a realizar esforços pela realização das suas prioridades e necessidades se forem construídos sobre as coisas que elas já fazem bem. Esta abordagem aumenta a predisposição das famílias para responder positivamente à intervenção e melhora as interações com os profissionais, o que por sua vez origina melhores resultados para a criança e para os membros da família (DUNST, 2000b).

O apoio de intervenção precoce na infância, de acordo com os princípios desta abordagem deve ser prestado em qualquer contexto natural da criança. Ou seja, nas rotinas diárias e nos contextos naturais da vida da criança e da família, como a casa, o contexto escolar e a comunidade. Uma das razões mais importantes para que o apoio aconteça nos contextos naturais é a vantagem conseguida com todas as oportunidades de aprendizagem em que a criança participa naturalmente e que promovem o seu desenvolvimento (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010; MCWILLIAM, 2010).

A eficácia do apoio de intervenção precoce na infância é tanto maior, quando os objetivos são construídos e implementados nas rotinas diárias e contextos naturais por cuidadores significativos, aproveitando as oportunidades naturais de aprendizagem (DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010; MCWILLIAM, 2010). Estas oportunidades surgem no dia-a-dia, incluem um número diversificado de experiências e oferecem às crianças momentos para praticar as capacidades, como também adquirir novas competências (DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010).

A investigação acrescenta que as intervenções nos contextos naturais da criança promovem a confiança e a competência dos pais e outros cuidadores, em aumentar os níveis de participação da criança e apoiar a aprendizagem nas atividades diárias (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST; RAAB; TRIVETTE; SWANSON, 2010). Como anteriormente referimos, o modo como as crianças pequenas aprendem faz com que as intervenções diretas dos profissionais de intervenção precoce na infância sobre a criança tenham pouco efeito no seu desenvolvimento. No entanto, pode ter um impacto significativo na melhoria das competências e da confiança dos pais e de outros cuidadores significativos que, por sua vez, têm indiretamente uma grande influência na promoção do desenvolvimento da criança (ALMEIDA; CARVALHO; FERREIRA; GRANDE; LOPES; PINTO; PORTUGAL; SANTOS; SERRANO, 2011; MCWILLIAM, 2010).

Outro pressuposto importante para o sucesso da intervenção precoce na infância é a transdisciplinaridade. As diversas necessidades das crianças e das suas famílias implicam uma resposta que poderá requerer o envolvimento de diversas áreas profissionais. Daqui decorre a necessidade de uma resposta por parte das Equipas Locais de Intervenção, que não pode ser dada por um único profissional, mas sim por profissionais de diferentes áreas de especialidade, articulando e trabalhando em equipa (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; TEGETHOF, 2007), e preferencialmente um profissional, designado por mediador de caso, apoia a família na implementação desse plano em estreita colaboração e com o apoio de retaguarda dos restantes profissionais da equipa (MCWILLIAM, 2010; RUSH; SHELDEN, 2011; SHELDEN; RUSH, 2013). Para além do mais, o foco da abordagem centrada na família deverá ser a participação dos pais e de outros membros da família para alcançarem os objetivos e recursos identificados por eles próprios, pelo que consideramos a família como parte integrante da equipa, devendo ser valorizada e respeitada como qualquer

outro membro da equipa (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; MCWILLIAM, 2010; RUSH; SHELDEN, 2011, SHELDEN; RUSH, 2013). As relações de colaboração e parceria entre os membros da família e os profissionais têm um impacto positivo na aprendizagem e desenvolvimento da criança, dado a investigação demonstrar que os pais que têm uma relação positiva com os profissionais de intervenção precoce na infância estão mais envolvidos na promoção do desenvolvimento do seu filho (SUKKAR, 2017).

Como membros da equipa de intervenção precoce na infância, a família deve ter a oportunidade de participar ativamente e decidir sobre todos os aspetos da prestação de apoios, incluindo a avaliação, a construção dos objetivos, a planificação dos apoios, a intervenção propriamente dita, na identificação de resultados e na planificação da transição (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013, RUSH; SHELDEN, 2011), pertencendo à família a decisão final acerca dos apoios e recursos mais adequados para satisfazer as suas prioridades e necessidades (DUNST; TRIVETTE, 2009).

As práticas de ajuda eficaz

As práticas de ajuda eficaz compreendem a qualidade técnica, as práticas relacionais e as práticas participativas (DUNST; TRIVETTE, 2009). A qualidade técnica inclui os conhecimentos teóricos e práticos do profissional acerca da área em que trabalha. É o resultado da sua formação e da sua experiência profissional (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a).

As práticas relacionais dizem respeito às características e representações interpessoais do profissional que influenciam os aspetos relacionais do apoio. Ou seja, os comportamentos interpessoais, bem como as convicções e crenças positivas sobre as competências e capacidades da família. Aspetos como a escuta ativa e reflexiva, empatia, capacidade de compreensão, autenticidade e mostrar-se caloroso e interessado são comportamentos associados a boas competências de comunicação e caracterizam as práticas relacionais (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002).

A qualidade técnica e as práticas relacionais são há muito reconhecidas como fundamentais nas práticas de ajuda eficaz às famílias apoiadas em intervenção precoce na infância. As práticas participativas surgiram em investigações posteriores como uma componente essencial, contribuindo para fortalecer as competências da família e promover novas capacidades e influenciar de forma positiva o controlo que a família experiencia no seu funcionamento familiar (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002).

As práticas participativas referem-se aos comportamentos do profissional que visam a participação da família no processo de tomada de decisão e de escolha informada e no recurso às forças existentes e às competências em desenvolvimento para alcançar os recursos, apoios e serviços desejados pela família. Os profissionais devem trabalhar em parceria com a família para identificar as suas necessidades e colaborar na obtenção dos recursos desejados, deixando a família tomar decisões informadas acerca da identificação dos recursos e apoios mais adequados para satisfazer essas necessidades. Estas práticas também incluem a responsividade e flexibilidade do profissional face a situações de mudança das circunstâncias na vida da família (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002).

Estas práticas promovem a participação da família na relação com os profissionais e têm sido descritas como as práticas que têm mais hipóteses de resultar em avaliações positivas da família acerca das suas capacidades. Proporcionam à família oportunidades para discutir as opções de intervenção, há colaboração e partilha na tomada de decisões, há participação da família na implementação das decisões (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002; DUNST; ESPE SHERWINDT, 2016).

Considerando a distinção entre as componentes relacional e participativa, é a utilização simultânea das duas componentes que diferencia uma intervenção centrada na família de outras formas de intervenção. Os autores afirmam que ambas são essenciais para que a intervenção seja eficaz, se pretendermos alcançar resultados em termos de capacitação e empoderamento dos membros da família (DUNST, 2000a; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002; DUNST; DEMPSEY, 2007; DUNST; ESPE SHERWINDT, 2016).

A participação das famílias na intervenção precoce na infância

A participação dos pais na intervenção é considerada uma componente essencial dos programas de intervenção precoce na infância de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento da criança (KAHN; STEMLER; BERCHIN WEISS, 2009). A família pode colaborar com os profissionais, no planeamento e condução das avaliações, definindo as prioridades nos objetivos formulados, construindo o plano de intervenção e implementando as estratégias mais adequadas para si e para o seu filho (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016). O apoio deve então ser baseado nas necessidades da família e orientado pelos pais, e não nas necessidades e objetivos do profissional (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2000a, 2017; RUSH; SHELDEN, 2011).

Os investigadores acrescentam que a forma como se promove a participação da família vai ter consequências positivas nas ações desencadeadas pelos membros da família no apoio prestado pelas equipas de intervenção precoce na infância (DUNST; BRUDER; ESPE-SHERWINDT, 2014; KORFMACHER; GREEN; STAERKEL; PETERSON; COOK; ROGGMAN; FALDOWSKI; SCHIFFMAN, 2008). Para isso, os profissionais devem trabalhar em parceria e colaboração, fornecendo à família toda a informação que necessitam para tomar decisões informadas e mais importante, respeitar essas decisões em cada momento do apoio (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST, 2017; ESPE-SHERWINDT, 2008).

As práticas do profissional devem ainda envolver oportunidades e experiências participativas para fortalecer o conhecimento e as capacidades dos pais e promover o desenvolvimento de novas competências parentais que permitam interagir e promover oportunidades de aprendizagem promotoras do desenvolvimento da criança (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST; DEMPSEY, 2007; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016; KORFMACHER; GREEN; STAERKEL; PETERSON; COOK; ROGGMAN; FALDOWSKI; SCHIFFMAN, 2008).

É importante que os profissionais de intervenção precoce na infância conheçam e utilizem os métodos e técnicas mais eficazes para promoverem a participação das

famílias durante a intervenção de forma a ressaltarem o poder que os pais naturalmente possuem para poderem mediar a aprendizagem e o desenvolvimento do seu filho (DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; DUNST; ESPE-SHERWINDT, 2016; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016; ESPE-SHERWINDT, 2008; RUSH; SHELDEN, 2011).

Korfmacher, Green, Spellmann e Thornburg (2007) referem que os fatores que influenciam o envolvimento dos profissionais e das famílias são habitualmente as características pessoais da família e dos profissionais, as características do programa, a motivação, necessidades e preocupações dos membros da família, e a formação e supervisão dos profissionais. Em 2008, Korfmacher, Green, Staerkel, Peterson, Cook, Roggman, Faldowski e Schiffman realizaram uma revisão sistemática, para verificar a participação dos pais nas visitas dos profissionais de intervenção precoce na infância, e confirmaram que a participação dos pais é influenciada pela diversidade das características da família, as diferenças dos profissionais e das equipas que prestam o apoio e pela variabilidade do contexto onde vivem e são apoiadas as famílias e as crianças. A investigação de Dunst, Bruder e Espe-Sherwindt (2014) vem acrescentar que o contexto onde decorre o apoio de intervenção precoce na infância, é um fator influenciador da participação dos pais, parecendo haver evidência de maior participação quando o apoio acontece no domicílio da família.

Face ao exposto um apoio individualizado e sensível às necessidades, prioridades e preocupações da família, é a base para práticas de intervenção precoce na infância centradas na família que capacitam e conseqüentemente se traduzem em melhores resultados para a criança e para a família.

METODOLOGIA

De acordo com a importância que tem sido concedida à participação das famílias nos apoios prestados por equipas de intervenção precoce na infância em estudos nacionais e internacionais, com influência positiva na capacitação dos familiares e no desenvolvimento da criança (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014) importa conhecer a participação das famílias no apoio pelos profissionais de intervenção precoce na infância e identificar as práticas dos profissionais das equipas que contribuem para apoios eficazes.

Assim, foram considerados objetivos do estudo: conhecer a participação das famílias no apoio prestado, pelas palavras dos profissionais; descrever como é que o apoio é prestado pelos profissionais às famílias; identificar os comportamentos utilizados pelo profissional no apoio prestado que influenciam a participação da família; e conhecer o conceito de participação pelos profissionais.

Partindo das palavras dos profissionais, valorizando e compreendendo a realidade, deixamo-nos conduzir por um estudo de caso de análise qualitativa (YIN, 2003) que pretendeu interpretar a perspectiva dos profissionais acerca da participação da família e contribuir para que o exercício do profissional de intervenção precoce na infância seja cada vez mais fundamentado em estratégias especificamente utilizadas para a participação da família, de acordo com o que são as práticas recomendadas.

Participantes

Participaram nesta investigação 18 profissionais das cinco regiões de Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (Tabela 1). A maioria dos profissionais tem formação inicial em educação de infância (N=10) (Tabela 2).

Dos participantes, quatro tinham especialização em intervenção precoce na infância e nove têm frequentado formação contínua promovida pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância sobre as práticas de intervenção precoce na infância e a abordagem centrada na família.

Tabela 1 – Profissionais por Distrito de Portugal

REGIÃO	N	%
Aveiro	3	15
Beja	2	10
Braga	2	10
Bragança	1	5
Évora	4	20
Faro	2	10
Lisboa	3	15
Porto	2	10
Setúbal	1	5

Fonte: PINTO, 2019.

Tabela 2 – Formação inicial dos profissionais

FORMAÇÃO INICIAL	N	%
Educação de Infância	10	55,6
Fisioterapia	2	11,1
Terapia Ocupacional	1	5,6

Terapia da Fala	3	16,7
Psicologia	1	5,6
Serviço Social	1	5,6

Fonte: PINTO, 2019.

Instrumentos

Para a recolha de dados recorreremos a uma entrevista semiestruturada, questionando os profissionais acerca da sua perspetiva sobre a participação das famílias no apoio prestado e permitindo que falassem abertamente da sua experiência.

Foi previamente construído um guião composto por perguntas que permitiram a caracterização profissional do entrevistado e outras que serviram de guia à conversação sobre a sua prática com as famílias que apoiam nas Equipas Locais de Intervenção.

Procedimentos

A presente investigação foi analisada e deferida pela Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, obedecendo aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação.

Posteriormente foi solicitada autorização ao Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e às Subcomissões de Coordenação Regional para a colaboração dos profissionais de intervenção precoce na infância. Após concedida a autorização, contactamos os profissionais das equipas que se disponibilizaram a participar agendando um momento para a entrevista.

Toda a informação foi registada em caderno de notas e gravador áudio, com o devido consentimento dos entrevistados. No final de cada entrevista foram sumariadas as informações dadas pelos entrevistados, questionando se as anotações refletiam as experiências, ideias e sentimentos transmitidos. As entrevistas foram transcritas na totalidade e posteriormente enviadas aos profissionais para que os mesmos pudessem confirmar se as interpretações estavam de acordo com a informação que nos foi transmitida, de acordo com o sugerido pelos autores (COUTINHO, 2008; STAKE, 1998).

Os dados recolhidos foram alvo de análise de conteúdo de acordo com os procedimentos de Esteves (2006). As categorias foram extraídas considerando o quadro teórico das práticas centradas na família e de ajuda eficaz em intervenção precoce na infância, bem como as fases do ciclo de intervenção de apoio de Simeonsson (1996 apud CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO;

BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016) e os objetivos deste estudo.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da investigação serão descritos utilizando as categorias definidas: primeiro contacto com a Equipa Local de Intervenção, avaliação em intervenção precoce na infância, desenvolvimento do Plano Individual de Intervenção Precoce, implementação e monitorização do Plano Individual de Intervenção Precoce, avaliação dos resultados obtidos e da satisfação com o apoio e transição; práticas de ajuda eficaz e participação da família.

Participação da família nos momentos de apoio da Equipa Local de Intervenção

O processo de recolha e compreensão da informação sobre a família começa no primeiro contacto e continua durante o processo de intervenção. O primeiro encontro entre a família e a equipa de intervenção precoce na infância vai definir a forma como as relações entre pais e profissionais se irão desenvolver guiando as famílias no seu papel, daí em diante (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016). Diversos autores consideram por isso fundamental existir a participação da família no momento da avaliação da criança, pelo que os pais e outros elementos que conhecem e cuidam da criança deverão ter ao seu dispor a informação e a oportunidade de participarem (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; MCWILLIAM, 2010; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013).

Quando questionados acerca do primeiro contacto, os profissionais referiram que, dada a maioria das referências chegarem à Equipa Local de Intervenção pelos serviços/profissionais de saúde, este momento serve para escutar as famílias e as suas preocupações e expectativas, bem como partilhar informação acerca da equipa. Eles parecem reconhecer que o primeiro momento serve para ouvir o que a família deseja e o que é mais importante para ela o que vai ao encontro do referido pelos autores (MCWILLIAM, 2010; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013).

Relativamente ao momento da avaliação, foram vários os profissionais que referiram que a primeira avaliação servia para determinar a elegibilidade da criança para integrar o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, mencionando procedimentos de avaliação formal do desenvolvimento. Alguns profissionais, e em particular nas equipas do Centro, Alentejo e Algarve, referiram utilizar a *Schedule of Growing Skills*¹ para determinar a elegibilidade do apoio.

Todos os profissionais acrescentaram que a avaliação também acontece com o objetivo de desenvolver o plano de intervenção e a grande maioria referiu que realiza a avaliação com recurso à administração de testes, sendo que a maior parte deles refere escolher e utilizar ferramentas de avaliação que permitem o preenchimento pelos pais, nomeadamente o *Currículo Carolina*² para crianças com necessidades especiais, entre outros instrumentos criados e adaptados pelas equipas.

Apesar de considerarem a importância da família, os profissionais partilharam que são eles que decidem os instrumentos e metodologias a utilizar para avaliar as características da criança, o que está de acordo com os dados encontrados (COUTO, 2014; PEREIRA, 2009) e particularmente quando a avaliação se destina à elegibilidade para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

É atualmente evidente nas palavras dos mediadores de caso a importância que atribuem às rotinas diárias e contextos de vida, observando e questionando os pais acerca da participação da criança e utilizando na sua maioria a *Entrevista Baseada nas Rotinas*³.

A identificação de preocupações, prioridades e recursos da família foram considerados por 16 profissionais sendo que seis desses profissionais referiram aproveitar o momento do primeiro encontro para questionar a família acerca do que a preocupa e os restantes fazem-no aquando o desenvolvimento do Plano Individual de Intervenção Precoce. No entanto, não foi evidente, nas palavras dos profissionais, a identificação das preocupações, prioridades e recursos da família, como suporte à planificação da avaliação, corroborando os dados de Ferreira (2014).

¹ *Schedule of Growing Skills*: Escala de avaliação das competências do desenvolvimento infantil, dos 0 aos 5 anos. Instrumento utilizado em Portugal por médicos, enfermeiros e outros profissionais para rastreio do desenvolvimento e saúde infantil.

² *Currículo Carolina* para bebés e crianças pequenas com necessidades especiais e crianças em idade pré-escolar com necessidades especiais: Programa de avaliação e intervenção que se baseia nas sequências típicas do desenvolvimento, rotinas diárias e atividades funcionais. Instrumento utilizado por profissionais formados para intervir com bebés e crianças com necessidades especiais e suas famílias.

³ *Entrevista Baseada nas Rotinas*: Instrumento que permite avaliar as necessidades de desenvolvimento e comportamento da criança e as necessidades de apoio da família e a construção de um plano de intervenção no contexto do funcionamento durante as rotinas.

Os dados obtidos parecem ainda confirmar o que referem os autores (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013) que consideram que o facto de os profissionais não prepararem a avaliação com a família, pode impedir a definição dos objetivos da avaliação, a identificação das preocupações da família e das suas escolhas na avaliação propriamente dita, bem como a análise dos papéis que a família pode adotar durante a avaliação, o que poderá ser um obstáculo à participação efetiva da família neste momento do apoio e nos seguintes.

Não obstante, a perceção que os profissionais parecem estar cada vez mais a considerar as famílias na avaliação, os resultados continuam a levantar preocupações acerca deste momento e representam dados importantes para continuarmos a refletir para a melhoria das práticas.

Seguidamente à avaliação deve ser desenvolvido o plano de intervenção personalizado, com objetivos, estratégias, atividades e recursos que apoiem as expectativas e necessidades da família e contribuam para o desenvolvimento e participação da criança. A sua elaboração subentende a tomada de decisões e a colaboração entre profissionais e pais (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013).

Aquando do desenvolvimento do Plano Individual de Intervenção Precoce, todos os profissionais referem decidir os objetivos com a família, com exceção de apenas um que decide os objetivos e depois os apresenta à família. No entanto, este mesmo profissional refere que, após decididos os objetivos, envolve a família na decisão das estratégias.

Os estudos de Pereira (2009) e de Borges (2017) corroboram os resultados obtidos afirmando que os profissionais consideram a família como um elemento indispensável em todas as fases do apoio, participando na construção do Plano Individual de Intervenção Precoce. Oliveira (2015) acrescenta que os pais participam ativamente na elaboração do Plano Individual de Intervenção Precoce, reforçando a importância de o instrumento permitir às famílias, desde uma fase inicial do processo serem membros efetivos e decisores na equipa.

No que respeita às estratégias de intervenção verificamos que a maioria dos entrevistados referiu serem eles a aconselhar as estratégias, embora encontremos evidências do envolvimento da família neste processo:

Eu pergunto à família “então e como é que acha que isso seria possível?”; tentamos ali perceber o que é que a família já consegue... (...) o objetivo é que a família, ao perguntar-se “quais são as estratégias?”, também pense na forma de chegar àquele resultado, e se calhar a família já me disse “mas ele às vezes já me leva pela mão”, “ótimo. Então vamos escrever essa estratégia, é uma boa estratégia”, e pensamos em conjunto. O pensar em conjunto também demonstra aos pais que “ah, eu se pensar um bocadinho também consigo chegar lá, porque eu também estou aqui a identificar algumas estratégias para conseguirmos que o meu filho seja capaz de apontar para a torneira para mostrar que tem sede” (**Profissional de uma equipa local de intervenção na região norte de Portugal**) (PINTO, 2019).

Os nossos resultados apontam assim para uma menor participação da família na decisão das estratégias. A maioria dos familiares aceita os conselhos do profissional sobre as estratégias para apoiar o desenvolvimento do seu filho. Ferreira (2014) corrobora que os familiares apreciam as estratégias dadas pelos profissionais por lhes permitir lidar melhor com os seus filhos e com as situações difíceis do dia-a-dia reconhecendo e confiando na sua qualidade técnica. Outras investigações parecem, no entanto, mostrar evidência que os profissionais consideram a importância da participação da família na discussão das estratégias de intervenção pelo que promovem essa colaboração (GONÇALVES, 2018; OLIVEIRA, 2015).

Uma vez definido o plano de intervenção com a família, segue o momento da sua implementação. Este é o momento em que a equipa deve trazer o Plano Individual de Intervenção Precoce para a vida diária da criança. Procurando dar resposta às preocupações, necessidades e prioridades da família, o trabalho deve assentar numa relação de parceria entre a família e os profissionais (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013).

No que respeita à participação da família quatro profissionais referiram que o apoio acontecia durante as rotinas e atividades da criança e da família:

Todas as que estão participam, mesmo quando não é o principal prestador de cuidados, eu faço sempre por envolver, porque quem está é significativo, (...)», «Primeiro, porque (...) o meu comportamento face à família é de lhes colocar, (...) como os líderes. Portanto, eu começo por lhes dar a palavra para que sejam eles a liderar, exprimindo as suas preocupações e necessidades. (...) a criança está na sua rotina, não pego nela para fazer nada - e que, na iniciativa da criança eu vá atrás, siga a iniciativa dando tópicos aos pais, mas sempre partindo daquilo que acontece ali, na rotina, não chegando com um trabalho previamente programado por mim, isso não (Profissional de uma equipa local de intervenção na região centro de Portugal) (PINTO, 2019).

Estes resultados vão ao encontro das práticas preconizadas que indicam que os apoios de intervenção precoce na infância devem ser prestados às famílias, nas rotinas diárias e em contextos naturais (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO;

BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014) e que o tempo passado nas visitas do profissional à família e a outro cuidador deve ser utilizado, fundamentalmente, para os ajudar, no seu dia-a-dia, a gerir e a responder da melhor forma às necessidades da criança registadas no Plano Individual de Intervenção Precoce (MCWILLIAM, 2010). Dunst, Bruder e Espe-Sherwindt (2014) confirmam que os familiares têm mais tendência para participar na intervenção, de acordo com o que são práticas de capacitação, se o apoio acontecer exclusivamente ou parte no domicílio.

A maioria dos profissionais entrevistados (N=10) referiram que sugerem aos pais a participação nas atividades que estão a decorrer, modelando a interação entre pais-criança e conseguindo um maior envolvimento da família. Peterson, Luze, Eshbaugh, Jeon e Kantz (2007) e Roggman, Peterson, Chazan Cohen, Ispa, Decker, Hughes Belding, Cook e Vallotton (2016) referem que a participação dos pais na implementação do plano depende das estratégias utilizadas pelo profissional com a família, pelo que devemos adotar estratégias que sejam congruentes com aquilo que queremos ver acontecer. Dunst, Espe-Sherwindt e Hamby (2019) acrescentam que os pais podem precisar de frequentes e repetidas oportunidades para trabalhar com os profissionais para adquirir conhecimento e competências para promover o funcionamento da criança e da família.

Outros quatro profissionais afirmaram que a família não estava presente durante a intervenção, mas acrescentaram que eram dadas sugestões de atividades para os familiares fazerem em casa com os seus filhos. Assim, verificamos que quando os pais não estão presentes, aceitam as sugestões de atividades para realizar com o seu filho. O profissional parece ter a atitude de contactar a família, pessoalmente ou por telefone e até mesmo através de um registo escrito referindo o que foi feito e que atividades os pais podem fazer em casa. A estratégia utilizada está de acordo com o sugerido pelos autores (MAPP, 2003; OLIVEIRA, 2015) para promover a participação da família.

Pelos resultados obtidos conseguimos verificar que a participação familiar se distingue em função do contexto de apoio e da presença, ou não dos pais e das estratégias utilizadas pelos profissionais.

A monitorização dos resultados obtidos e da satisfação da família com o apoio corresponde a um momento no ciclo de intervenção que pode, ou não, coincidir com o final do programa de intervenção precoce na infância. A avaliação pode servir para rever os objetivos que tinham sido definidos e planificar novas intervenções, ou fazer um balanço final do apoio pela equipa (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO;

BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016).

Relativamente a este momento os profissionais apenas referiram que são avaliados os resultados dos objetivos implementados, identificadas novas preocupações e necessidades e delineados novos objetivos e estratégias de intervenção. São exemplo as citações:

Olhe, temos este objetivo; como é que está a correr? (...). A avaliação formal que temos varia semestralmente, mas eu vou dizendo "temos este objetivo; como é que está a correr este trabalho?". Outras vezes (...) vão surgindo outras dificuldades e nós vamos tendo que reajustar o PIIP; (...) As dificuldades, os procedimentos e tudo isso vão-se alterando e então vai-se fazendo alguns ajustes.», «o levantamento de novas necessidades, tanto da educadora, de algumas dificuldades que encontre com a criança ou até na partilha de progressos da criança no intervalo entre uma visita e outra, (...) tenho de reformular e ajustar os objetivos do próprio plano, às vezes, ou alterar as estratégias (...) reajustar o próprio programa de intervenção com a criança, se for um programa de competências, com novas estratégias (Profissional de uma equipa local de intervenção na região centro de Portugal, 2016) (PINTO, 2019).

A evidência encontrada está de acordo com o que diversos autores (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; MCCONNELL; RAHN, 2016) sugerem, nomeadamente que este momento deve ser realizado e repetido à medida que os objetivos vão sendo concretizados.

Aquando de uma mudança na vida da família e da criança, as famílias vão enfrentar novas expectativas e preocupações, pelo confronto com novos profissionais e novas realidades. De forma a reduzir o stress e a inquietação da família e da criança o profissional de intervenção precoce na infância deve preparar com eles a transição, refletindo com a família acerca do que poderá ser feito.

Neste momento, um profissional referiu que apoia famílias que decidem a transição, e não necessitam do apoio do profissional da Equipa Local de Intervenção. Oito profissionais referiram que foi a família que tomou a decisão acerca da transição, mas consideram que necessitam da ajuda do profissional para conhecer as opções existentes e os procedimentos a seguir. Outros sete profissionais acrescentam que a transição acontece por sugestão do profissional, pensando acerca dos apoios e estratégias pertinentes e de acordo com as necessidades da criança e da família. Os restantes profissionais não abordaram este momento aquando da sua entrevista.

Se por um lado consideramos positiva a evidência que há famílias que preparam a transição dos seus filhos, sem solicitarem o apoio do mediador de caso, por outro lado não devemos esquecer que é da responsabilidade da Equipa Local de Intervenção, assegurar processos de transição adequados para outros programas, apoios ou contextos educativos (artigo 7º do Decreto-lei nº 281/2009). A planificação da transição e as práticas implementadas são essenciais para o seu sucesso, devendo para isso incluir a troca de informação entre os participantes e a identificação de necessidades, recursos e serviços de apoio (BRUDER, 2012; CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; PLETCHER; YOUNGGREN, 2013). A transição deve então envolver profissionais e famílias e ser cuidadosamente pensada e planeada.

De uma forma geral, relativamente aos diferentes momentos do apoio, e ainda que os resultados obtidos sejam positivos em relação à participação das famílias não conseguimos afirmar que os profissionais considerem as famílias em todos os momentos do apoio.

Práticas de ajuda eficaz

Dos resultados obtidos consideramos seis subcategorias no que respeita às práticas que promovem a participação da família pelos profissionais das Equipas Locais de Intervenção (Tabela 3).

Tabela 3 – Subcategorias respeitantes às práticas de ajuda eficaz

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	
PRÁTICAS DE AJUDA EFICAZ	Profissional potencia a relação de confiança e ouve as preocupações	Prática relacional
	Profissional disponibiliza informação para a família fazer escolhas	Prática relacional
	Profissional reconhece e valoriza as forças da família	Prática relacional
	Profissional promove o conhecimento acerca do desenvolvimento e perturbações	Qualidade técnica
	Profissional envolve a família deixando-a tomar decisões informadas	Prática participativa
	Profissional apoia e respeita as decisões da família	Prática participativa

Fonte: PINTO, 2019.

A maioria dos profissionais entrevistados referiu que potencia uma relação de confiança e ouve as preocupações da família, e disponibiliza informação para responder às preocupações, prioridades e mudanças nas circunstâncias da família. Os nossos resultados são por isso, consonantes com o que diversos autores têm vindo a referir de as práticas relacionais serem mais utilizadas pelos profissionais (ALMEIDA, 2011; CARVALHO, 2015; COSTA, 2017; PINTO, 2012). Pinto (2012) acrescenta que os profissionais afirmam ser sensíveis aos interesses, preocupações e necessidades dos pais, tendo obtido no seu estudo 100% de respostas positivas face à utilização destas práticas.

A maioria dos profissionais entrevistados referiu que a construção de uma relação de confiança com a família é a base de todo o apoio de intervenção precoce na infância. Acrescentam a disponibilidade para ouvir os pais, relativamente à criança e à família, bem como a necessidade de lhes dar tempo para partilhar as suas preocupações. Um dos profissionais destacou que as visitas domiciliárias são um facilitador na relação de confiança entre a família e o mediador de caso, o que também é referido por Borges (2017) e Rodrigues, Seixas e Piscalho (2017).

O segundo aspeto mais referido foi a informação que é dada aos familiares e que lhes permite decidir no que respeita ao desenvolvimento da criança, aos seus comportamentos no dia-a-dia da família, bem como a apoios face à necessidade especial do seu filho. Estes dados corroboram as palavras de familiares de diversas investigações (CARVALHO, 2015; COSTA, 2017; LEITE, 2018; MACHADO, SANTOS; ESPE SHERWINDT, 2017).

Seis profissionais referiram reconhecer e valorizar as forças dos membros da família, no apoio aos pais. Dado o reduzido número de profissionais que mencionaram este dado, consideramos que os resultados ficam aquém do estudo de Pinto (2012) em que a maioria dos profissionais referia reconhecer as forças dos pais e da família (95% de respostas positivas).

Apenas cinco profissionais referiram promover o conhecimento acerca do desenvolvimento normativo da criança, das competências da criança e um profissional destacou a informação acerca da perturbação do desenvolvimento. As investigações, ao nível nacional, evidenciam resultados que estão em consonância com esta investigação, ainda que pelas narrativas dos familiares (COSTA, 2017; LEITE, 2018).

As práticas participativas foram as que obtiveram o menor número de referências. Os nossos dados estão por isso de acordo com investigações que têm sido realizadas e que confirmam que os profissionais ainda têm dificuldade em utilizar estas práticas com as famílias que apoiam (ALMEIDA, 2010; CARVALHO, 2015; PINTO, 2012). Isto poderá acontecer devido à complexidade das práticas participativas, na medida em que, exige que o profissional abandone o papel de decisor e, pelo contrário, apoie a família a participar ativamente e a tomar decisões nos diferentes momentos do apoio (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016). O estudo de Costa (2017) refere ter havido evolução nos comportamentos do profissional, na medida em que afirma que as práticas participativas parecem estar atualmente a ser utilizadas pelos profissionais, embora as práticas relacionais tenham apresentado valores mais significativos na sua utilização.

Oito profissionais mencionaram que envolvem a família deixando-a tomar decisões informadas sobre a identificação dos recursos e apoios mais adequados para satisfazer as necessidades. Três profissionais acrescentam que aceitam e respeitam as decisões da família. Também o estudo de Carvalho (2015) demonstra valores baixos respeitantes às práticas participativas. Pinto (2012) demonstra uma menor evidência na utilização de práticas baseadas no apoio e recursos da família e da comunidade, pelos profissionais, face às práticas de ajuda centradas na família e no apoio parental.

Pela análise do nosso estudo, consideramos que ainda são poucos os profissionais que parecem valorizar e reforçar a família como completamente capaz de tomar decisões informadas e concretizar as suas escolhas, de acordo com o sugerido por referências nacionais e internacionais (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA, 2016). Carvalho, Almeida, Felgueiras, Leitão, Boavida, Santos, Serrano, Brito, Lança, Pimentel, Pinto, Grande, Brandão e Franco (2016, p. 80) referem que o papel do profissional é fornecer à família a informação necessária para esta tomar decisões informadas e criar oportunidades para fortalecer as suas competências. As intervenções devem por isso centrar-se na promoção de competências e na mobilização de recursos e apoios para a família, de uma forma individualizada, flexível e responsiva.

Conceito de participação

Na maioria das respostas obtidas pelos profissionais acerca do que consideram ser a participação das famílias no apoio prestado pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, verificamos que as narrativas são congruentes com a componente participativa e com o que são as práticas recomendadas por investigadores e associações de referência (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD, 2014; EARLY CHILDHOOD AUSTRALIA, 2016; ESPE-SHERWINDT, 2008; MCWILLIAM, 2010).

Os profissionais consideram importante a colaboração entre a família e os profissionais em todo o apoio prestado pelas equipas do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Estes dados são congruentes com as palavras dos autores (CARVALHO; ALMEIDA; FELGUEIRAS; LEITÃO; BOAVIDA; SANTOS; SERRANO; BRITO; LANÇA; PIMENTEL; PINTO; GRANDE; BRANDÃO; FRANCO, 2016; DUNST; BOYD; TRIVETTE; HAMBY, 2002; DUNST; DEMPSEY, 2007) quando referem que a participação da família assenta numa colaboração entre o profissional e os pais, e inclui práticas que proporcionam às famílias oportunidades para a discussão de opções no apoio que lhes é prestado, informações que possibilitem essas decisões e a implementação e realização pelas famílias dessas decisões.

Para terminar, importa destacar que os profissionais entrevistados também referiram que há uma grande distância entre o que sabem e as suas práticas pelo que os seus comportamentos ainda não permitem que a família participe em todos os momentos do apoio.

CONCLUSÃO

Os relatos dos profissionais entrevistados mostram-nos que eles consideram as famílias em diferentes momentos do apoio, embora tenhamos encontrado mais referências de participação nos momentos de avaliação, construção e implementação do Plano Individual de Intervenção Precoce.

A maioria dos profissionais referiu que o mais importante no trabalho com as famílias é estabelecer uma relação de confiança, para que se sintam seguras e aceites, e estarem disponíveis para ouvir as preocupações e as necessidades dos pais. Os

profissionais salientam ainda a importância de disponibilizar a informação necessária para responder às preocupações e prioridades da família, bem como a importância do reconhecimento e a valorização das forças da família.

Os profissionais referiram também comportamentos que estão de acordo com as práticas participativas, nomeadamente as práticas que apoiam a escolha informada e a participação da família. Os profissionais referem uma correspondência entre as expectativas iniciais da família e o processo de apoio. Porém verificou-se que na maioria das vezes, é o profissional que lidera todo o processo, embora pedisse a opinião da família, particularmente nos momentos de avaliação, construção e monitorização do Plano Individual de Intervenção Precoce.

Os resultados obtidos mostram que os profissionais referem promover a participação da família no processo de intervenção precoce na infância, embora afirmem que a família não participa tanto como gostariam. Desta forma, parece ser necessário que os profissionais envolvidos capacitem as famílias de forma a promover a vontade de assumir um papel mais ativo em todo o processo de intervenção precoce na infância. Por outro lado, pode haver profissionais com dificuldade na implementação de uma abordagem centrada na família, ou por ainda não terem formação específica na área da intervenção precoce na infância, ou por dificuldade na implementação efetiva dessas práticas.

Verificamos serem facilitadores da participação da família, a presença dos pais aquando da visita do profissional e o contexto de apoio. São diversos os estudos que comprovam que as famílias participam mais no apoio ao seu filho quando a intervenção acontece no domicílio com a sua presença (BORGES, 2017; DUNST; BRUDER; ESPE SHERWINDT, 2014;). Outras investigações acrescentam que as famílias preferem os apoios que acontecem em sua casa, por se sentirem mais à vontade para participar, e mencionam a sua satisfação relativa à adaptação do profissional a toda a família e às suas rotinas diárias (FERREIRA, 2014; RODRIGUES; SEIXAS; PISCALHO, 2017).

Gostaríamos de terminar referindo a congruência entre o que os profissionais afirmam ser a participação da família e o conceito teórico da abordagem centrada na família. Acreditamos que estes resultados podem ser justificados pela implementação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e da criação das Equipas Locais de Intervenção, bem como pela formação que tem sido promovida em todo o país. Os profissionais afirmam ter sido após o momento da formação, em reflexão com os formadores e outros profissionais que melhor compreenderam o seu papel na intervenção precoce na infância, no apoio às crianças e famílias. Afirmaram saber o que

era a participação da família no apoio prestado pela Equipa Local de Intervenção, mas que as suas práticas enquanto profissional estavam aquém do que sabem ser as práticas ideais.

Concluímos, referindo que os profissionais parecem estar atualmente mais conscientes do seu papel na Equipa Local de Intervenção, no apoio às crianças e famílias, mas importa continuar a promover formações continuadas e reflexões acerca da implementação da abordagem centrada na família em reuniões de supervisão se quisermos que cada vez mais famílias participem no apoio prestado pelas equipas de intervenção precoce na infância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabel Chaves; CARVALHO, Leonor; FERREIRA, Viviana; GRANDE, Catarina; LOPES, Sandra; PINTO, Ana Isabel; PORTUGAL, Gabriela; SANTOS, Paula; SERRANO, Ana Maria. Práticas de intervenção precoce baseadas nas rotinas: Um projecto de formação e investigação. **Análise Psicológica**, v. 29, n. 1, p. 65–72, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **The ecology of human development: Experiments by nature and design**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BORGES, Cristina. **Intervenção Precoce no Domicílio: Perspetivas de Profissionais das Equipas de Intervenção Precoce na Infância, da Zona Norte de Portugal**. 2017. 118p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/51173>

BRUDER, Mary Beth. Coordenação de serviços de apoio às famílias. *In* MCWILLIAM, Robin (Ed.). **Trabalhar com as famílias de crianças com necessidades especiais**. Porto: Porto Editora, p. 107-142, 2012.

CARVALHO, Joana. **Estudo das ELI dos distritos de Braga e Bragança: Um contributo para a avaliação das Práticas Centradas na Família**. 2015. Dissertação de Mestrado - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2015. 107p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/41397>

CARVALHO, Leonor; ALMEIDA, Isabel Chaves; FELGUEIRAS, Isabel; LEITÃO, Sara; BOAVIDA, José; SANTOS, Paula Coelho; SERRANO, Ana; BRITO, Ana Teresa; LANÇA, Carla; PIMENTEL, Júlia Serpa; PINTO, Ana Isabel; GRANDE, Catarina; BRANDÃO, Teresa; FRANCO, Vítor. **Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância: um guia para profissionais**. Coimbra: Associação Nacional de Intervenção Precoce, 2016.

PORTUGAL. Lei nº 281 de 6 de outubro de 2009. **Diário Da República**, nº 193/2009 - 1ª Série, p. 7298–7301, 2009.

COUTINHO, Clara. A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 1, p. 5–15, 2008.

COUTO, Diana. **Práticas das Equipas Locais de Intervenção no processo de avaliação de crianças referenciadas para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância**. 2014. p. 117. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/30213>

COSTA, Carla. **Práticas Centradas na Família e os resultados familiares: Avaliação de práticas de intervenção precoce na perspetiva da família**. 2017. p. 98. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/46251>

DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD. **DEC recommended practices in early intervention and early childhood special education**, 2014. Disponível em <<http://www.dec-sped.org/%5Cnhttp://www.dec-sped.org/recommendedpractices>>.

DUNST, Carl. Corresponsabilização e práticas de ajuda que se revelam eficazes no trabalho com as famílias. In CORREIA, Luís Miranda; SERRANO, Ana (Eds.), **Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família**. Porto: Porto Editora, p.123-141, 2000a.

DUNST, Carl. Revisiting “Rethinking early intervention.” **Topics in Early Childhood Special Education**, v. 20, n. 2, p. 95–104, 2000b.

DUNST, Carl. Family systems early childhood intervention. In: SUKKAR, Hanan; DUNST, Carl; KIRKBY, Jane (Eds.), **Early Childhood Intervention: Working with families of young children with special needs**. Abingdon, OX: Routledge, p. 36-58, 2017.

DUNST, Carl; BOYD, Kimberly; TRIVETTE, Carol; HAMBY, Deborah. Family-oriented program models and professional helping practices. **Family Relations**, v. 51, n. 3, p. 221–229, 2002.

DUNST, Carl; BRUDER, Mary; ESPE-SHERWINDT, Marilyn. Family capacity-building in early childhood intervention: do context and setting matter? **School Community Journal**, v. 24, n. 1, p. 37–48, 2014.

DUNST, Carl; DEMPSEY, Ian. Family–Professional Partnerships and Parenting Competence, Confidence, and Enjoyment. **International Journal of Disability, Development and Education**, v. 54, n. 3, p. 305–318, 2007.

DUNST, Carl; ESPE-SHERWINDT, Marilyn. Family-centered practices in early childhood intervention. In REICHOW, Brian; BOYD, Brian; BARTON, Erin; ODOM, Samuel (Eds.), **Handbook of early childhood special education**. Switzerland: Springer, p.37-55, 2016.

DUNST, Carl; ESPE-SHERWINDT, Marilyn; HAMBY, Carol. Does Capacity-Building Professional Development Engender Practitioners’ Use of Capacity-Building Family-

Centered Practices? **European Journal of Educational Research**, v. 8, n. 2, p. 515-526, 2019.

DUNST, Carl; RAAB, Melinda; TRIVETTE, Carol; SWANSON, Jennifer. Community-based everyday child learning opportunities. In McWilliam, Robin (Ed.), **Working with families of young children with special needs**. New York: Guilford Press, p. 60-92, 2010.

DUNST, Carl; TRIVETTE, Carol. Capacity-Building Family-Systems Intervention Practices. **Journal of Family Social Work**, v. 12, n. 789296667, 119-143, 2009.

EARLY CHILDHOOD INTERVENTION AUSTRALIA. **National Guidelines: Best Practice in Early Childhood Intervention**, p. 1-24, 2016 Disponível em: <<https://www.ecia.org.au/Resources/National-Guidelines-for-Best-Practice-in-ECI>>.

ESPE-SHERWINDT, Marilyn. Family-centred practice: Collaboration, competency and evidence. **Support for Learning**, v. 23, n. 3, p. 136-143, 2008.

ESTEVES, Manuela. Análise de conteúdo. In LIMA, Josiane; PACHECO, José (Eds.), **Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses**. Porto: Porto Editora, p. 105-126, 2006.

GURALNICK, Michael. Early intervention for young children with developmental delays: Contributions of the developmental systems approach. In SUKKAR, Hanan; DUNST, Carl; KIRKBY, Jane (Eds.), **Early Childhood Intervention: Working with families of young children with special needs**. Abingdon, OX: Routledge, p. 17-35, 2017.

FERREIRA, Daniela. **Práticas Centradas na Família: Um estudo de caso do Centro de Educação Infantil y Temprana da Universidade Católica Portuguesa**. 2014. p. 140. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/38396>

GONÇALVES, Bárbara. **Práticas típicas e ideais em Intervenção Precoce: O ponto de vista dos profissionais das Equipas Locais de Intervenção do distrito do Porto**. 2018. p. 92. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia Intervenção Psicológica, Educação e Desenvolvimento Humano) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2018. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=273744

GURALNICK, Michael. Why early intervention works: A Systems Perspective. **Infants & Young Children**, v. 24, n. 1, p. 6-28, 2011.

KAHN, Ruth; STEMLER, Steven; BERCHIN-WEISS, Janice. Enhancing parent participation in early intervention through tools that support mediated learning. **Journal of Cognitive Education and Psychology**, v. 8, n. 3, p. 269-287, 2009.

KORFMACHER, Jon; GREEN, Beth; SPELLMANN, Mark; THORNBURG, Kathy, R. The helping relationship and program participation in early childhood home visiting. **Infant Ment Health J.**, v. 28, n. 5: p.459-480, 2007.

KORFMACHER, Jon; GREEN, Beth; STAERKEL, Fredi; PETERSON, Carla; COOK, Gina; ROGGMAN, Lori; FALDOWSKI, Richard; SCHIFFMAN, Rachel. Parent involvement in early childhood home visiting. **Child and Youth Care Forum**, v. 37, n. 4, p. 171-196, 2008.

LEITE, Carina. **Benefícios da intervenção precoce: Perspetiva de famílias portuguesas**. 2018. p.265. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/56328>

MACHADO, Marisa; SANTOS, Paula; ESPE_SHERWINDT, Marilyn. Envolvimento participativo de famílias no processo de apoio em intervenção precoce na infância. **Saber & Educar**, n. 23, p. 122-137, 2017.

MAPP, Karen. Having Their Say: Parents describe how and why they are involved in their children's education. **School Community Journal**, v. 13, n. 1, p. 35-64, 2003.

MCCONNELL, Scott; RAHN, Naomi. Assessment in early childhood special education. In REICHOW, Brian; BOYD, Brian; BARTON, Erin; ODOM, Samuel (Eds.), **Handbook of early childhood special education**. Switzerland: Springer, p. 89-106, 2016.

MCWILLIAM, Robin. **Routines-based early intervention: Supporting young children and their families**. Baltimore, MD: Paul H Brookes, 2010.

MCWILLIAM, Robin. **Early intervention in natural environments: A five-component model**, p. 1-16, 2012a. Disponível em: http://www.kdec.org/HTML/2013Conference/EINE_Five_Component_Model.pdf

MCWILLIAM, Robin. Visitas domiciliárias de apoio. In MCWILLIAM, Robin (Ed.), **Trabalhar com as famílias de crianças com necessidades especiais**. Porto: Porto Editora, p. 227-262, 2012b.

OLIVEIRA, Sandra. **Planos Individuais de Intervenção Precoce: Um estudo qualitativo acerca das perspetivas de profissionais**. 2015. p. 158. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/41400>

PEREIRA, Ana Paula. **Práticas Centradas na Família em Intervenção Precoce: Um Estudo Nacional sobre Práticas Profissionais**. 2009. p. 290. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/9808>

PETERSON, Carla; LUZE, Gayle; ESHBAUGH, Elaine; JEON, Hyon-Joo; KANTZ, Kelly. Enhancing Parent- Child Interactions through Home Visiting: Promising Practice or Unfulfilled Promise? **Journal of Early Intervention**, v. 29, n. 2, p. 119-140, 2007.

PINTO, Marta. **Utilização de Práticas Contextualmente Mediadas pelos profissionais das ELI norte**. 2012. p. 163. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/24499>

PINTO, Marta. **Participação das famílias no apoio prestado pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância**. 2019. p. 290. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/65351>

PINTO, Marta; SERRANO, Ana Maria. Caracterização da participação das famílias no apoio pelas equipas locais de intervenção. **Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación**, v. extr, n. 11, p. A11-218, 2017.

PLETCHER, Lynda; YOUNGGREN, Nanomi. **The early intervention workbook, essencial practices for quality services**. United States of America: Paul H Brookes Publishing Co, 2013.

RODRIGUES, Gladys; SEIXAS, Sónia; PISCALHO, Isabel. Apoio Domiciliário: Perspetivas de famílias e educadores. **Revista Da UIIPS – Unidade de Investigação Do Instituto Politécnico de Santarém**, v. 5, n. 1, p. 5–20, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ipsantarem.pt/index.php/REVUIIPS>>

ROGGMAN, Lori; PETERSON, Carla; CHAZAN-COHEN, Rachel; ISPA, Jean; DECKER, Kallie; HUGHES-BELDING, Kere; COOK, Gina; VALLOTTON, Claire. Preparing home visitors to partner with families of infants and toddlers. **Journal of Early Childhood Teacher Education**, v. 37, n. 4, p. 301–313, 2016.

RUSH, Dathan; SHELDEN, M’Lisa. Characteristics and consequences of coaching practices. **CASEmakers**, v. 1, n. 9, p. 1–3, 2005

RUSH, Dathan; SHELDEN, M’Lisa. **The early childhood coaching handbook**. United States of America: Paul H Brookes Publishing Co, 2011.

STAKE, Robert. Case Studies. In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Ed.), **Strategies of qualitative inquiry**. USA: SAGE Publications, Inc, p. 86–109, 1998.

SUKKAR, Hanan. Working with families to develop parent-professional partnerships: Implications for professional preparation. In SUKKAR, Hanan; DUNST, Carl; KIRKBY, Jane (Eds.), **Early Childhood Intervention: Working with families of young children with special needs**. Abingdon, OX: Routledge, p. 110–125, 2017.

TEGETHOF, Isabel Chaves Almeida. **Estudos sobre a intervenção precoce em Portugal**: ideias dos especialistas, dos profissionais e das famílias. 2009. p. 860. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/47>

YIN, Robert. **Applications of case study research** (2a ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc, 2003.

NOTAS

PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO APOIO PELAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE

Professionals' perceptions of family participation in support by early intervention teams

Marta Joana Pinto

Doutora em Estudos da Criança
Universidade do Minho
Instituto de Educação
Professora Adjunta Convidada
Politécnico do Porto
Escola Superior de Saúde
Porto, Portugal
mpi@ess.ipp.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3900-0481>

Ana Maria Serrano

Doutora em Estudos da Criança
Professora Associada na Universidade do Minho
Instituto de Educação
Investigadora no Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)
Universidade do Minho
Braga, Portugal
serrano@ie.uminho.pt

<https://orcid.org/0000-0002-6117-4050>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 400, 4200-072, Porto, Portugal.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer às crianças, famílias e profissionais de Intervenção Precoce que este artigo representa. Obrigado por nos terem deixado entrar na sua realidade e por tornarem esta investigação possível.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Todos os autores contribuíram substancialmente na realização desta investigação.

Concepção e elaboração do manuscrito: M. J. Pinto, A. M. Serrano

Coleta de dados: M. J. Pinto

Análise de dados: M. J. Pinto, A. M. Serrano

Discussão dos resultados: M. J. Pinto, A. M. Serrano

Revisão e aprovação: M. J. Pinto, A. M. Serrano

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança) da Universidade do Minho com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A presente investigação identificada por SECSH 031-2015 foi aprovada pela Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, obedecendo aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação, em conformidade com as normas que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 30-07-2021 – Aprovado em: 13-05-2022